

Artigo Original

Atendimento Psicológico às Mulheres Presas – Transi- tando pela Psicologia Jurídica no Sistema Prisional: Experiência de Trabalho em Foz do Iguaçu, PR

Karine Belmont Chaves¹

1. Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira, UNIOESTE. Especialista em Psicologia Clínica, HRAC-USP. Funcionária Pública Estadual – SESP/DEPEN.

karinechaves@depen.pr.gov.br

Palavras-chave

Atendimento psicológico
Prisão
Psicologia criminal
Psicologia jurídica
Sistema penitenciário

Resumo:

A Psicologia Jurídica tem avançado e feito contribuições importantes, em diversos locais. Na prisão é chamada de Psicologia Criminal ou Penitenciária. O trabalho do psicólogo nas penitenciárias se consolidou com a disposição da Lei de Execuções Penais (Lei nº7210/84) e seu trabalho vai além da perícia, da avaliação psicológica, do polêmico “exame criminológico”: ele atende as pessoas presas, se manifesta acerca delas em reuniões internas e externas, pode participar de conselhos locais, profissionais, de políticas públicas e ainda faz o acompanhamento psicológico delas quando possível. Este trabalho é um relato de experiência sobre o atendimento psicológico realizado numa unidade prisional situada em Foz do Iguaçu, PR, que tem capacidade para 248 mulheres presas, chamada CRESEF. O Paraná conta com cerca de 35 unidades prisionais e menos de 30 psicólogos para atender a demanda de aproximadamente 50 mil pessoas presas no estado (INFOPEN/2016). Com poucos profissionais e muitas vezes sem local adequado destinado ao atendimento psicológico, a experiência desta psicóloga fala da escuta realizada junto às presas. Mesmo esporadicamente, esses atendimentos de apoio, tem proporcionado às mesmas um lugar para reverem a sua história e falarem sobre seus sofrimentos e seus sonhos. No texto são apresentados flashes de como esses atendimentos acontecem e de algumas dessas histórias. O *feedback* sugere e reforça a importância da escuta psicológica, já reconhecida como ferramenta importante da Psicologia. Também visa sensibilizar para a ampliação desse trabalho nas prisões, com a contratação de mais profissionais.

Artigo recebido em: 27.02.2018.

Aprovado para publicação em: 10.05.2018.

INTRODUÇÃO

NOSSO PALCO, CENÁRIO E ATORES

Há muitas pessoas presas no mundo. Trazendo os números para a nossa realidade, o Brasil é o terceiro país do mundo com maior número de pessoas presas e o Paraná é o 3º estado com a maior população prisional, segundo dados do último relatório divulgado do INFOPEN (2015/2016). No relatório de 2014/2015 éramos o 4º no ranking mundial e 5º estado no cenário nacional, demonstrando os números que a realidade tem piorado. Acompanhamos nos noticiários as inúmeras dificuldades sociais e políticas pelas quais passa o sistema prisional como um todo e não seria diferente ao falarmos da saúde da pessoa presa e ainda mais, em saúde mental. O Paraná tem cerca de 30 psicólogos distribuídos em aproximadamente 35 unidades prisionais, para uma população prisional que hoje ultrapassa 50 mil pessoas.

Aqui no estado já passamos por momentos em que chegamos a ser modelo de gestão prisional, mas há alguns anos vivemos um cenário de horror, com inúmeras rebeliões e a crescente influência do crime organizado dentro das prisões. Mesmo diante de inúmeras limitações e dificuldades neste local específico, os profissi-

onais continuam exercendo atividades da desafiadora Psicologia Jurídica no Brasil. Não só realizam atividades periciais, mas também atividades similares a algumas demandas clínicas. Realizam entrevistas, avaliações, laudos e pareceres, mas também fazem atendimento psicológico individual e em grupo quando possível (embora cada vez mais raro).

O *setting* terapêutico não é o “sugerido” pelos livros. A escuta, sigilo e confidencialidade não acontecem dentro da proposta ética de formação e atuação e isso ultrapassa o “nosso desejo” simplesmente. Na maioria das vezes, muitos dos profissionais psicólogos trabalham com um agente penitenciário próximo, ou mesmo na sala (quando se tem uma). Ou não trabalham, por imposição da segurança, que é primordial nos estabelecimentos penais e com pouca flexibilidade. A sala não é a idealizada, a escuta muitas vezes é comprometida e há a tensão própria do sistema penitenciário e do sistema de justiça em si. Ou você faz o possível, ou não faz. Trabalha-se apesar das grades e para além das grades.

Na unidade prisional onde trabalho praticamente desde quando foi inaugurada em 2002, a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (destinada a presos do sexo masculino), ainda que o número de pessoas presas não pareça grande quando comparada com outras prisões (número que se aproxima de 500), temos 2 profissionais psicólogas. O que entendemos ser um número bastante reduzido para qualquer intervenção significativa. A estratégia de grupos acaba por ser pensadas algumas vezes para atingir maior número de pessoas presas. Por alguns anos desenvolvemos grupos com cerca de 20 pessoas presas em cada, com frequência semanal, que sobreviveu com muita resistência e chegou a ser referência nacional de trabalho publicada no site do CFP/CREPOP. Dependendo da administração/chefia de segurança, existe mais ou menos flexibilidade e apoio. Quando gritam as questões de segurança, são interrompidos. Alguns colegas psicólogos também conseguiram desenvolver grupos semelhantes e muitos foram “podados” e interrompidos. Tivemos a oportunidade de viver grupos com uma riqueza subjetiva fantástica e também grupos com um enorme desgaste. Atualmente eles já não ocorrem mais por aqui e na grande maioria das unidades do estado, justificados compreensivelmente pela falta de segurança para que sejam deslocados de sua cela e possam transitar pela unidade prisional, pelo número reduzido de agentes penitenciários e por inúmeras outras dificuldades (...).

Estamos também longe de uma classificação e individualização da pena sugeridas pela LEP (Lei de Execução Penal/ nº 7210 de 1984). Talvez pudéssemos separar aqueles que necessitam de fato de restrição de convívio social, daqueles que, em maioria, poderiam estar sendo beneficiados por atividades como estudo e profissionalização, auxiliando-os na reconstrução de seu projeto de vida, caso desejem sair da criminalidade.

Podemos reconhecer todo o cenário descrito por Goffman como instituição total, bem como podemos compreender a máquina de controle descrita por Foucault, da qual os profissionais de saúde mental, do viés humanitário estão incluídos. Embora eu ainda resista a enxergar o psicólogo apenas como bode expiatório do sistema de Justiça, como simples peça de engrenagem de uma máquina perversa. Continuo acreditando que podemos mais. Mesmo que não consigamos sobrepor ao sistema como um todo (o que é impossível), mas penso que podemos intervir minimamente no microuniverso e mesmo que quantitativamente, sejamos quase inexistentes, continuo torcendo para que este sistema seja repensado.

A existência da Psicologia na prisão ainda tem sentido, mesmo para trabalhar com a bandeira do desencarceramento de pessoas, mesmo que estejamos a buscar alternativas penais à prisão, mesmo para suavizar as relações daqueles que precisam ainda estar presos. Ou simplesmente para sua humanização. Ainda continuam a nos usar para o discurso humanitário de reintegração social, para dizer que o sistema é “humanizado”, que construíram uma nova prisão e que contrataram uma equipe que possui psicólogo. Embora depois este pareça estar em extinção num sistema sobrecarregado e sem investimentos para seu funcionamento mínimo.

Ainda há uma demanda jurídica que tem a fantasia de que a Psicologia e seus poucos profissionais “devem ou deveriam” dar conta de transformar esse cenário tão complexo.

ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DA PESSOA PRESA

No final de 2013 iniciei um trabalho junto às mulheres que se encontram presas numa unidade penal atualmente chamada CRESF (Centro de Ressocialização Feminino de Foz do Iguaçu), que tem capacidade para 248 mulheres presas.

O Paraná, há uns anos, esteve próximo de ser o segundo estado em número de mulheres presas no Brasil, e especulava-se que este fato ocorria em função do tráfico de drogas, que ainda é a grande razão criminal que as conduz à prisão e isso ainda se agravava em função de termos no Paraná um tríplice fronteira significativa neste cenário, mas curiosamente este número decaiu. De qualquer modo, ainda temos um número expressivo de mulheres presas e ainda de vagas faltantes para o cumprimento das penas impostas, levando muitas delas a permanecer em delegacias.

Nesta unidade em Foz do Iguaçu, minimamente elas tem uma estrutura física razoável, recebem seus uniformes e a alimentação básica. Outros materiais complementares são listados e autorizados a serem levados por seus familiares (quando estas os têm por perto, ou enviados por Sedex, de acordo com instruções repassadas). Entretanto, não contam com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais como médico, psicólogo e assistente social por exemplo. A administração em conjunto com as agentes penitenciárias e uma técnica de enfermagem tentam viabilizar algumas necessidades com suporte por exemplo, da rede municipal de saúde (para consultas, exames e medicação), que ainda necessita de suporte da Polícia Militar para qualquer movimentação autorizada pelo Juízo da VEP (Vara de Execuções Penais).

O atendimento psicológico teve início quando, tempos atrás, colegas que trabalham lá começaram a solicitar que a Psicologia atendesse alguns casos críticos de forma emergencial (direção, chefia de segurança e agentes penitenciários), não só dessas mulheres presas como dos homens presos na CPLN (Cadeia Pública Laudemir Neves), que funcionam no mesmo terreno. Haviam presas com transtorno psiquiátrico, muitas vezes em surto, que precisavam de intervenção ou o que lhes parecia a necessidade de um simples encaminhamento psiquiátrico e, reconhecendo alguma contribuição acerca da temática da Saúde Mental, os agentes penitenciários começaram a chamar a Psicologia para atendê-las, para avaliação do caso e também para encaminhar conforme fosse necessário. Sim, podem considerar uma ação de controle (...), mas também de cuidado e preservação.

Quase não existem psiquiatras mais no sistema penitenciário do Paraná como um todo. Existem hoje alguns que atendem no Complexo Médico Penal (antigamente chamado de Manicômio Judiciário) em São José dos Pinhais, onde estão centralizados os atendimentos para casos que necessitam de cuidados médicos, incluindo aqueles que necessitam de maior atenção acerca da Saúde Mental, bem como os destinados à medida de segurança por “desenvolvimento mental incompleto ou retardado” (conforme prevê o artigo 45 do Código Penal), que são considerados inimputáveis por não compreenderem a ilicitude do fato ou pela incapacidade de comportar-se de acordo com esse entendimento. A maioria das unidades penais recorre à rede pública, principalmente à esfera municipal, para dar o suporte mínimo necessário às questões de saúde de forma geral, pois também carece de médicos e etc.

O número de mulheres portadoras de transtornos mentais e de personalidade é significativo. Muitas vêm com um histórico anterior de uso de medicação, algumas passaram por postos de saúde em suas comunidades,

onde foram medicadas e algumas até por unidades como CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Quando chegam ao sistema penitenciário necessitam de cuidados e muitas vezes não há equipe para dar suporte e orientar sobre a necessidade e continuidade ou não do tratamento medicamentoso ou outra terapêutica.

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA NA PRISÃO

Embora a psicoterapia não seja estruturalmente possível no sistema prisional (por inúmeros motivos), existe um espaço mínimo para atendimentos psicológicos que acabamos por chamar de “acompanhamento psicológico”, ou o fazemos eventualmente diante das demandas denominando atendimento de apoio.

Não temos muitas vezes uma sistematização de frequência e horários organizados, como podemos fazer na agenda clínica. A organização das prisões é peculiar e também está sujeita às interferências constantes como, por exemplo, escoltas de presos e episódios como os chamados “bate grades”, tentativas de fuga, entrada de celulares e outras ferramentas que desestabilizam o sistema como um todo. No sistema prisional a prioridade é a segurança e não a saúde mental. Qualquer evento que possa desestabilizar o sistema paralisa outras atividades, bem como outras atividades também podem ter prioridades, como por exemplo, o oficial de Justiça quando precisa notificar algum preso. Se não é possível deslocar todos os presos para diversas atividades, são elencadas prioridades. A Psicologia tem lugar secundário na prisão (ou terciário, quartuário... e preço para que não tenha o último lugar). Sim, podemos compreender de imediato que segurança é essencial na prisão e que humanização pode vir depois, pois ainda não aprendemos a trabalhar a longo prazo (já que um sistema humanizado pode reduzir eventos críticos). O nexos causal é sempre negado. Às outras coisas são atribuídos valores, com menos ou mais valor (...).

Mas, de qualquer modo acabei por entender que à pessoa presa posso ofertar meu tempo de trabalho, já que a carga horária dos profissionais psicólogos concursados é de 40 horas semanais. Já vivi anos em que contávamos com um suporte maior da administração em geral e atendíamos muitos presos diariamente, sem parar, exaustivamente, por cobrança baseada em números. E também é claro pela falta de suporte profissional legal que defina número possível de pessoas atendidas com qualidade e carga horária profissional adequada. (também entendo o quanto isso é complexo de ser feito – aos profissionais e ao conselho e sindicato cabe a luta pelo razoável). Poucos profissionais e muitos presos têm sido a problemática constante do sistema penitenciário. Repito: os psicólogos se encontram em número reduzido e não existem em todos os estabelecimentos penais do estado.

Decorrente então dessa solicitação de apoio eventual para as mulheres presas com problemáticas psíquicas mais graves, me propus a atendê-las uma vez por semana. Administrando o tempo e reorganizando constantemente o trabalho que é possível realizar na prisão, encontrei nestes últimos anos, uma possibilidade. Com as direções dos estabelecimentos em acordo, agora elas sabem que tem uma psicóloga que pode atendê-las. Mesmo que não na frequência, hora e tempo desejados.

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO À MULHER PRESA

De início, eu chegava lá nas segundas-feiras pela tarde e solicitava aos responsáveis pela segurança, não só chefias bem como demais agentes penitenciárias para indicar nomes que tivessem identificado alguma necessidade mais urgente de atendimento psicológico. E assim elas eram chamadas e sentavam-se comigo diante de uma mesa colocada com duas cadeiras na lateral do parlatório (aquele lugar para que as visitas possam

conversar através de um telefone e separadas por um vidro). (particularmente detesto quando nos restringem o espaço em prol da segurança e nos fazem atender através de um vidro). Sempre que possível busco uma sala qualquer onde eu possa sentar frente a pessoa, minimamente com mais acolhimento e humanização, já que em raros locais são construídas salas para a Psicologia.

Sento-me com cada uma dessas mulheres presas e digo a elas que esta psicóloga está ali para escutá-la, e ela pode falar sobre o que quiser. Explico que não tenho poder algum para transformar a vida delas ou tirá-las dali. Posso SIMPLEMENTE escutá las e auxiliá-las a pensar sobre a própria história. Muitas trazem como demanda os conflitos cotidianos da convivência (nada fácil) de dentro das celas, não só com outras presas, como também dos corredores da prisão, com as agentes. Trazem também suas histórias de vida. Muitas conseguem enxergar e verbalizam sua culpa por estarem presas, muitas trazem o sofrimento de terem deixado suas famílias, principalmente seus filhos. Muitas falam de seus conflitos familiares. Muitas trazem a decepção com seus parceiros afetivos/sexuais. Falam de parceiros que as usavam, espancavam, traíam e abandonaram. Muitas trazem os sentimentos novos experimentados pelas relações homoafetivas na prisão. Falam das dores, desilusões e sonhos. Suas angustias e suas ansiedades decorrentes de estarem presas, decorrentes do tempo que terão de cumprir suas penas. Quando algumas delas têm dificuldade de iniciar, embora ansiosas por fazê-lo, eu digo: “*Você quer me contar um pouco de como se sente? Você quer falar um pouco da sua história? Do por que está aqui?*” E elas falam, a grande maioria sem parar. Vou trabalhando com elas o que me trazem, devolvendo falas e reflexões. E elas seguem fazendo suas catarses e eu acabo por sinalizar e encerrar o atendimento num tempo médio de 40 minutos destinados a cada uma delas, embora eu não costume andar com relógio. O que me possibilita atender em média 6 mulheres presas em uma tarde. Pouco diante das quase 300 que estão nesta unidade que se chama atualmente de CRESF (Centro de Ressocialização Feminino – Foz do Iguaçu), onde se encontram respondendo ainda o processo criminal ou já condenadas cumprindo suas penas. Com algumas delas, por necessidade, passo de 1 hora de atendimento. Sem problemas a princípio, me reorganizo depois. Nada rígido. Mas numa sistematização que nos permite observar os aspectos positivos das intervenções. Não sei se poderei atendê-las com maior frequência, pelo número de pessoas para serem atendidas e demanda de atividades, mas digo pra elas que eu tenho aquele momento pra elas. “Aqui, agora, você pode falar sobre o que você quiser. Eu estou aqui pra você”.

Atrás desse local improvisado de atendimento na lateral do parlatório, atrás de mim fica uma janela por onde há entrada na luz do sol (ou se vê o dia nublado ou a chuva). Mas o sol, tão importante para elas nesse momento. Ora elas me olham, contando suas histórias, ora seus olhares cheios de lágrimas se perdem através dessa janela. Em contraponto, atrás dela, da pessoa presa que se senta na minha frente, tenho à minha vista uma grade, por onde posso visualizar a movimentação das agentes e outras rotinas da conhecida “cadeia”. Assim, eu posso também enxergar um pouco do mundo delas naquele momento, e elas através de mim um pouco de luz.

Também entendo que um dos papéis do psicólogo na prisão é refletir sobre a gravidade do crime que cometeram para estarem aí. São processos pessoais singulares, de como cada uma lida com sua culpa, responsabilização adequada ou não, seus mecanismos de defesa (projeção, negação, etc). E acabo por sair de lá, embora algumas vezes cansada fisicamente, mas emocionalmente recompensada por poder fazer uso do meu trabalho para auxiliar a significar a vida de algumas delas. Minimamente entendo o quando a escuta as faz “sentirem-se ouvidas por alguém”, que a presença as faz “sentirem-se humanas”. Que apesar de eu dizer a elas que sei da gravidade do que fizeram, elas ainda assim são seres humanos, buscando preservar nelas algum sentido de resgatar a vida positivamente quando saírem da prisão.

As semanas vão se passando e outras presas passaram a solicitar atendimento psicológico e as agentes iam repassando seus nomes. Sejam por pedido delas ou indicadas por funcionários, sempre digo a elas que se não quiserem o atendimento, as respeito e não serão punidas por isso. Algumas, poucas, não saem da cela e já dizem que não querem. Algumas até por estarem dormindo em dias de tarde quente ou frio quase congelante. Num outro momento elas sabem que podem solicitar sem problemas de retaliação. Algumas falam pouco de início. Em outros momentos resolvem se abrir mais. O tempo é delas neste sentido. Isso acaba por ser similar ao atendimento clínico externo.

Satisfatoriamente percebemos que os atendimentos psicológicos auxiliavam para que as mesmas se tranquilizassem minimamente. Não só nos relatos daquelas que voltavam a ser atendidas, também as agentes penitenciárias e as chefias foram observando os benefícios dos atendimentos. Não simplesmente para a prisão, mas para as mulheres presas em si, mas por vezes relataram um clima posterior de tranquilidade observado no convívio.

MULHERES APRISIONADAS

Das inúmeras histórias ouvidas, partilho com vocês algo pra que tenham a dimensão desse universo subjetivo. A princípio parecem carregadas de estigmas. São retratos de vida, experiências dolorosas que muitas dessas mulheres percorreram até chegar à prisão. Entre tantas que também me possibilitam reflexões, me lembro primordialmente de uma que me contava que traficava em seu bairro e buscou dinheiro de forma mais fácil para dar aos filhos o que “precisavam” e que nunca queria ver um neto pedindo uma bolacha e ela não poder comprar. Contou que quando pequena sua mãe teve muitos filhos e não tinham quase nada, passavam muitas dificuldades financeiras. Quando sua mãe chegava em casa no almoço, colocava uma caneca com água para esquentar e colocava um macarrão. E dali todos bebiam a água do macarrão pra matar a fome. No jantar esquentavam e tomavam água do mesmo macarrão, enquanto assistiam o pai na mesa de fora, sempre bebendo e jogando. Uma outra me conta estar presa por homicídio. Matou a companheira pois tinha um filho de um relacionamento heterossexual anterior e a mesma sempre o maltratava, batia nele e ela não aguentava mais. Outra me conta que tinha um companheiro que abusava de suas filhas e ela não sabia o que fazer. Sumiu. Deixou seus filhos com a mãe, e foi morar na rua, usando drogas. Crack e cocaína passaram a ser sua vida. Lúcida, contando sua história, chora, por ver sua impotência e fracasso de mãe, recordando dos filhos que não viu mais. Outra delas, reincidente em tráfico de drogas, usuária, me conta que foi abusada pelo pai e foi morar na rua e passou a vida se prostituindo. Não construiu uma família. Suas relações estão no universo das drogas. Quase se sente acolhida na prisão. Uma delas, já na meia idade, alcoólatra, com comprometimento cognitivo, tinha um companheiro também alcoolista e o matou numa briga. Teve todos os seus filhos retirados, destituída do poder familiar, entregues para adoção ou em casa abrigo. Tem momentos de revolta. Faz uso de medicação continuamente para estabilizar-se. Uma outra me conta que o marido bebia muito e a traía. Ela era muito ciumenta e ele a destratava. Ela se alterava em brigas e um dia ele foi, saiu dizendo que ia pescar com o carro cheio de mulheres na frente dela e ela colocou fogo na casa, descontrolada, queimou tudo. Foi internada numa clínica psiquiátrica da cidade onde morava. Arrumou outro companheiro que a violentava e deu 7 facadas nele. Ainda lhe resta grande tensão e sofrimento, principalmente em função do distanciamento dos filhos. Tem saudade. Me chamaram para atendê-la pois fez cortes no braço durante o banho. Neste momento ela pode falar da sua dor e de toda sua angústia. Continua com o suporte de medicação psiquiátrica. Embora haja um predomínio do crime de tráfico de drogas, os crimes passionais também são

significativos. E mesmo muitos tráficos são cometidos em razão das paixões. Uma outra, também foi traída e se surpreendeu com o marido na cama com outra mulher. Ela ficou chocada e depois, com muita raiva, foi até uma cachoeira onde matou a amante de seu marido.

Outro dia me chamam ainda para uma nota de falecimento. O filho de uma presa de 45 anos aproximadamente, que teve seu filho assassinado na cidade. Sim, ela traficava. Sim, seus filhos cresceram e construíram suas relações neste universo. Agora ela pode refletir e vivenciar novos sentimentos: culpa ou vingança? Ela decidirá novamente. Uma mulher que trabalhava no sítio, produzia enquanto seu marido bebia e dormia na rede e ainda a ameaçava. Planejou roubar algum dinheiro dele, dar um remédio pra ele dormir e fugir. Outra jovem me conta que aos 7 anos seu padrasto a estuprava e pra ela ficar quieta ele lhe deu uma festa de aniversário.

Muitos casos têm surgido de presas que se cortam com lâmina do aparelho de barbear, que usam para depilar-se. Imediatamente me chamam para atendê-la. Ao entrar na unidade os agentes e as agentes vão ironizando “se ela quisesse se matar não teria feito esses cortezinhos” e eu digo, sim, neste momento, ela está querendo dizer que está dizendo que está sofrendo, precisamos escutar a angústia dela. E ela diz: “Cansei de pedir atendimento psicológico, eu preciso de ajuda”. Ela não consegue parar de usar droga na prisão e deve cerca de mil reais por mês, o que a faz dever para outros, ser pressionada e ter que prestar favores. Está cheia de faltas disciplinares, assumindo celulares ainda pra outras que se encontram na mesma cela e por conta disso terá que cumprir mais tempo da sua pena. Agora sente que ficará mais tempo sem voltar pra casa e rever seus filhos. A Psicologia está ali quando possível, para intervir e auxiliar para que ela se fortaleça para as mudanças que deseja. Se houvesse possibilidade de intensificar os atendimentos, acompanharíamos um desenvolvimento positivo em muitas delas, com possibilidades de transformar suas vidas.

Muitas desejam medicar-se para anestesiá-las. Queixam-se de insônia e dor de cabeça. Uma delas curiosamente me conta que “*Amytril*” é conhecido como “*seca sentimento*”. Algumas evitam, não querem sentir, nem pensar. Algumas não querem ser atendidas. Não há penalidades. Eventualmente são chamadas mas podem recusar. As respeito. E costumo dizer que em outros momentos, se quiserem elas podem solicitar, está tudo bem.

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA PSICOLÓGICA

No final uma delas coloca a mão no coração e diz: “*Nossa, foi muito bom falar com a senhora, parece que saiu um peso daqui de dentro!*”.

Algumas delas nunca foram atendidas por uma psicóloga e acham interessante. Outras já me dizem que não tem problemas (?). Algumas, nos relatos, refletem, se arrependem, fazem planos minimamente. Algumas ainda assumem a escolha que fizeram pra sua vida. Gostam do que fazem. Se vangloriam por poder levar os filhos aos shoppings, comer em lanchonetes famosas, usar roupas de marcas conhecidas e pagar colégios particulares, nos casos das que cometem crimes como tráfico de drogas e assalto. Algumas até chegam a ser membros de organizações criminosas. Líderes, com bom discurso, convincentes e manipuladoras. Escolhas. Dizem: “*Eu sempre fui a ovelha negra*”. “*Sou a errada da minha família*”. Algumas se envergonham, outras não. Uma me conta da tristeza de saber que a filha colocou numa rede social que sente vergonha da mãe ser presidiária.

Entre alguns dos *feedbacks* recebidos das próprias mulheres atendidas e também de alguns profissionais, um *e-mail* de uma agente penitenciária ficou registrado para mim e me ajuda a seguir, reconhecendo que existem outros profissionais que seguem, apesar das limitações:

Karine, obrigada por estar prestando atendimento psicológico aqui no CRESF. Você não faz ideia de quanto tem sido importante a sua ajuda. As detentas saem da sua consulta menos angustiadas, menos ansiosas e com mais animosidade... O presídio fica mais tranquilo... Obrigada por nos ajudar... (E.)

Divido com vocês, a riqueza advinda da escuta psicológica. Especialmente pra elas. Para essas mulheres presas. Para as pessoas presas. E também para nós, psicólogos. Divido também a impotência enquanto psicóloga de não poder intervir mais, de não poder desenvolver projetos que as auxiliem a desenvolver a autoestima e a responsabilidade social, a visualizar caminhos de autonomia e emancipação. Muitas dessas mulheres poderiam conseguir mudar a própria história.

Penso que alguns dos valores e ferramentas das quais carecem essas mulheres, também devem ser aprendidos em outros espaços sociais a priori., ainda quando crianças. Aprenderem de fato o que é ser cuidada e cuidar do outro. O mergulho neste fazer psicológico nos permite observar o quando se fazem necessárias mudanças sociais. Histórias carregadas de desigualdades sociais, desestrutura familiar, histórias de traições e desamor, de muita angústia e desespero pairam o universo criminal. Muitas com um envolvimento ainda na pré-adolescência com drogas e prostituição. Histórias de mulheres consideradas violentas e mulheres violadas. Histórias de abandono, solidão e vazio afetivo/existencial que por vezes fica difícil de ser suportado. A Psicologia pode ajudar.

O objetivo maior deste texto é resgatar a importância da escuta psicológica.

Freud já falava sobre “a cura através da palavra” na Psicanálise. Rogers descreveu elementos importantes da psicoterapia, que favorecem o desenvolvimento humano como a consideração positiva (que consiste em fornecer atenção e estima positivas) e a empatia (tão, falada na atualidade, dessa capacidade de se colocar no lugar do outro). Também advém do movimento humanista a ênfase na autoestima e a crença no potencial humano (tendência à autoatualização), que podem favorecer suas reflexões, seu reconhecimento e transcendência. O autoconhecimento é um processo de desenvolver-se e “o indivíduo saudável toma consciência de suas emoções” (FADIMAN, 1986 p. 234).

O papel da escuta, embora pareça simples, pois aos leigos dá impressão de necessidade de tão pouca técnica, e também por vezes não é valorizado pois não pode por si só mudar a realidade imediata, pode sim, mobilizar emoções e sensibilizar pessoas para mudanças, para que profissionais habilitados trabalhem favorecendo seu desenvolvimento. Esses atendimentos têm auxiliado estas mulheres presas a suportar o sofrimento que vivenciam naquele momento de suas vidas. Algumas vezes tenho a impressão de que elas se sentem mais humanas, mais confiantes, com mais valor, quando as escuto e olho pra elas. E parece surgir alguma esperança quando lhes digo que esta prisão é temporária, embora pareça eterna, que o sofrimento não é permanente, embora seja difícil suportá-lo, e que, se elas quiserem, podem mudar suas histórias, embora isso requeira muito esforço e determinação.

Enquanto aguardo outros procedimentos, as observo caminhar. Elas se maquam e pintam suas unhas (...). Por vezes conseguem esmaltes e tintura para os cabelos também. Há vaidade em muitas delas. Valorizam o externo tal qual a maioria de nós fora da prisão.

Quem há de ensiná-las a se olhar e se amar além do espelho, a amar seus filhos e cuidar deles, já que muitas não foram cuidadas? Há muito o que fazer para auxiliar na estruturação psíquica dessas mulheres e começar a trabalhar suas histórias e emoções é um caminho para a saúde mental e melhoria das suas relações interpessoais.

Reflexões postas.

REFERÊNCIAS

- FADIMAN, James. **Teorias da Personalidade**. Coordenação da tradução Odette de Godoy Pinheiro. Tradução de Camilla Pedral. Sampaio, Sybil Safdié. São Paulo: Harbra, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- HALL, Calvin S. **Teorias da Personalidade**. Hall, Gardner Lindzey e John B. Campbell. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. 4. ed. Porto Alegre: Arned, 2000.
- INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2014/2015**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2018.
- INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – 2016/2017**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2018.
- ROGERS, Carl. **Tornar-se Pessoa**. Tradução Manuel José do Carmo Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

